

DAS REDES INFORMAIS ÀS REDES DELIBERATIVAS: mídia, públicos reflexivos e cidadania

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro

Mestre em Comunicação Social pela UFMG; Doutoranda em
Comunicação Social e pesquisadora do Grupo de Pesquisa em
Mídia e Espaço Público do Programa de Pós-Graduação em
Comunicação Social da UFMG

E-mail: angelikyt7@yahoo.com

RESUMO

O objetivo desse trabalho é revelar as imbricadas relações entre três redes comunicacionais distintas: redes informais, redes informacionais e redes deliberativas. Nosso interesse foca-se no esforço de construção de um espaço público capaz de criar uma relação de proximidade entre o governo local e a sociedade civil. A interação entre atores políticos e sociais requer diálogo, cooperação mútua e, sobretudo, o reconhecimento de que as dinâmicas culturais são cruciais para a renovação dos processos institucionais e administrativos. Argumentamos que a mídia pode trazer contribuições valiosas para a ampliação de nosso entendimento sobre os conceitos de movimentos sociais, cidadania e deliberação.

Palavras-chave: Mídia. Cidadania. Deliberação.

1 INTRODUÇÃO

Uma das questões centrais da discussão sobre o estreitamento das relações entre Estado e sociedade civil diz respeito à participação dos cidadãos nas práticas políticas. Sabemos que os agentes cívicos são mobilizados para atuarem em fóruns de discussão a partir daquilo que os sensibiliza ao enfrentarem os problemas que os atingem cotidianamente. É nos domínios da vida cotidiana que fluxos comunicativos informais ganham corpo, associando uma variedade de atores cívicos que se sentem prejudicados, constrangidos ou injustiçados diante de alguma decisão ou ação de seus governantes, e mesmo com sua inação. Tal aproximação de agentes, facilitada pela similitude de experiências por eles enfrentadas, dá origem a uma rede de comunicação informal que é responsável por captar problemas caracterizando-os como questões coletivas e não mais particulares. Atento a essa questão, Jürgen Habermas afirma que, “os problemas tematizados na esfera pública política transparecem inicialmente na pressão social exercida pelo sofrimento que se reflete no espelho das experiências pessoais de vida” (1997, p.97). A partir dessa constatação, instaura-se um dilema: como transportar problemas vividos de modo rotineiro e localizado para uma esfera pública mais abrangente, formada por um público diversificado e plural?

A relevância das redes de comunicação informais está, sobretudo, no seu potencial de influência nos processos de discussão de políticas públicas e de tomada de decisão, pois, “quando os fluxos comunicativos gerados nos microdomínios da prática cotidiana extrapolam as fronteiras das esferas públicas autônomas, eles podem ter acesso às instâncias deliberativas previstas na ordem democrática e, finalmente, influir nas decisões aí tomadas” (COSTA, 1997b, p.182). De acordo com Jane Masbridge (1999) As conversações e discussões cotidianas dão origem a redes informais de comunicação (mais restritas, de certa forma homogêneas e localizadas no tempo e no espaço) e devem ser consideradas como parte fundamental de um sistema deliberativo mais amplo, complexo e heterogêneo. Tal sistema, composto de redes deliberativas informais e institucionais, congrega múltiplos atores interessados em melhor compreender e/ou buscar soluções para questões de interesse público.

Este trabalho se propõe a apontar as tensões e possibilidades resultantes de uma aproximação entre os fluxos comunicativos produzidos nas redes informais de discussão

(associações de bairros ou de moradores, por exemplo) e os fluxos argumentativos que dão corpo às redes deliberativas. Argumentamos que a mídia apresenta um grande potencial para promover essa aproximação, se considerarmos os seguintes fatores:

- os receptores da produção simbólica dos *media* não são mais entendidos como meros consumidores dos discursos da mídia, mas como atores que interpretam criticamente tais mensagens, reelaborando-as e trazendo-as para seu contexto cotidiano de luta contra o desrespeito e a injustiça, seja ela econômica ou simbólica;
- as redes informacionais, constituídas sobretudo pelos discursos disponibilizados pela mídia[1], perpassam as redes informais e deliberativas (o movimento oposto também é verdadeiro), promovendo um entrecruzamento das perspectivas que conformam a tessitura de cada uma delas, estreitando conexões e relações, e
- o processo de construção da cidadania, aliado à valorização moral dos cidadãos, não se dá fora do entrelaçamento dessas três redes: informais, informacionais e deliberativas, o que implica novos modos de pensar a cidadania, ampliada pelas noções de justiça, equidade e reconhecimento recíproco.

Partimos da hipótese de que a mídia - composta pelos atores midiáticos (jornalistas, repórteres, atores, empresários, etc), pelos suportes materiais das mensagens (jornais impressos, revistas, redes de rádio e TV, etc) e, principalmente, pela vasta produção simbólica e discursiva que se constitui em recursos culturais - pode auxiliar nos processos de articulação entre a sociedade civil e o Estado, levando ao fortalecimento da cidadania e à conseqüente ampliação do conceito de deliberação.[2] Consideramos que o conceito de “redes” apresenta grande utilidade para compreendermos a dinâmica de fóruns plurais ampliados de discussão de problemas coletivos. Torna-se, então, relevante nos determos brevemente sobre esse conceito.

2 AS REDES: seus vários sentidos e atribuições

Para Claude Raffestin (1993), uma rede é um sistema de linhas que desenham tramas capazes de assegurar a comunicação entre os indivíduos e grupos que dela fazem parte. Mas, ao mesmo tempo em que criam aproximações, vizinhanças, acessos e convergências, elas também podem proporcionar rupturas e distanciamentos entre esses mesmos indivíduos e grupos. Assim, para o autor, as redes impõem limites, pois estruturam-se em uma base relacional, que coloca atores em contato, evidenciando

tensões e conflitos, ao mesmo tempo em que busca tecer laços de solidariedade entre esses pontos ou nós que marcam a posição dos sujeitos.

Por sua vez, Milton Santos afirma que as redes apresentam um caráter social e político determinado “pelas pessoas, mensagens e valores que a freqüentam” (1997, p. 209). Ele também chama a atenção para o fato de que os suportes das redes encontram-se, agora, parcialmente no território e, parcialmente nas articulações possibilitadas pelas novas tecnologias de informação e de comunicação. Segundo ele, as redes somente se tornam concretas, isto é, reais, efetivas e historicamente válidas, quando utilizadas no processo da ação. Por isso, são os atores cívicos e políticos, em suas trocas de argumentos, em seus diálogos, aproximações e conflitos, que dão vida às redes.

Nesse sentido, as redes só funcionam, ou só se realizam, se contiverem, em seus nós, sujeitos capazes de agir de maneira integrada e cooperativa com os outros. Essa compreensão nos permite perceber a importância do modelo das redes para a ampliação do “jogo político” para além da arena institucional. Ou seja, as redes permitem que atores com papéis e *status* bem diferentes possam opinar e/ou participar da formulação de “um projeto ou de uma política em função das relações interpessoais tecidas de modo desvinculado das regras que regem as relações entre atores institucionais” (DUBOIS, 1997, p.143).

Cabe salientarmos, então, que a concepção de redes desenvolvida por Jérôme Dubois é definida na “interseção entre os múltiplos lugares de pertencimento e relacionamento de um indivíduo - os mundos sociais, culturais, políticos, religiosos, etc. - os quais definem seu sistema de ação, ou seja, o conjunto de normas de ação às quais ele poderá apelar de acordo com as circunstâncias” (1997, p. 148). Nessa perspectiva, o ponto de partida metodológico de uma análise que envolve o conceito de redes é a primazia das relações sobre as características individuais, onde o contexto das relações interpessoais intervém sobre os indivíduos, transformando-os.

Por isso, de acordo com Dubois, o que importa na análise das redes não é ação guiada por normas fixas e pré-definidas, mas o fato de que “a sociologia das redes toma como ponto de partida as relações sociais interindividuais com a finalidade de determinar as normas construídas na troca entre os atores” (1997, p.145). E, assim, ele define um primeiro tipo de rede: as chamadas *social networks*, que comportam múltiplos atores e múltiplos pertencimentos. Nessas redes, predominam as relações de sociabilidade, marcadas por valores e significados compartilhados. As *social networks* apresentam uma “realidade movente”, pois acolhem agentes com múltiplos pertencimentos os quais permitem a um indivíduo “utilizar vários grupos de mobilização social como apoio em uma coalizão, evitar os conflitos entre esses diferentes grupos, ou, ao menos, de minimizá-los e de criar uma participação crescente entre esses grupos” (DUBOIS, 1997, p.146).

Tendo em vista que a configuração das relações entre Estado e Sociedade civil no Brasil sempre foi marcada por relações paternalistas e clientelistas, podemos dizer que as redes conformam também uma nova forma de pensar tais relações, reestruturando-as de acordo com a pluralidade de atores e interesses que, a cada dia, contribuem para evidenciar o fato de que o Estado continua sendo um ator importante, mas que ele é somente um dentre vários atores que agora participam da elaboração e execução de políticas públicas.[3] Se no Brasil até os anos 80 as decisões eram tomadas em circuitos fechados, ou mesmo “submersos”, com a Constituição de 1988, atores com interesses e intencionalidades diferenciados passam a ser incorporados nos processos de decisão e deliberação, principalmente os referentes às políticas públicas. Assim, ao invés da predominância dos especialistas e dos políticos nos processos decisórios, múltiplos atores institucionais, associativos e privados passaram a complexificar esses processos, apontando relações de concorrência e cooperação. A partir desse processo de partilha renovada de poderes e decisões surgem vários dilemas referentes à busca de novos formatos de ação política. Nesse sentido, as redes se apresentam como uma alternativa à visão do Estado monolítico que tudo decide sem publicizar seus atos e formas de operar.

Tanto Dubois quanto Jean-Pierre Gaudin (1999) identificam ainda dois tipos de redes - as quais mantêm entre si um certo equilíbrio tenso - indispensáveis para a compreensão das dinâmicas de negociação, que envolvem as políticas públicas: as *policy networks* e as *issue networks*. As *policy networks* se relacionam a um grupo restrito de atores, geralmente, “técnicos, pesquisadores, especialistas, analistas políticos, agentes da mídia e jornalistas” (GAUDIN, 1999, p.161), os quais se constituem como atores “privilegiados” e “institucionalizados” da negociação. Portanto, essas redes congregam parceiros institucionais, ou seja, aqueles que conformam redes políticas estáveis e integradas (DUBOIS, 1997).

Já as *issue networks* são formadas por grupos informais e informacionais, o que caracteriza a presença de atores muito diferentes, oriundos de múltiplos referenciais culturais e político-sociais. Percebidos em oposição aos membros das *policy networks*, esses atores se articulam às *issue networks* porque possuem um objetivo mais geral, que só pode ser atendido num contexto de informalidade e ampliação das trocas de informação. Essas redes têm a função de ampliar a possibilidade da diversidade de opiniões em jogo nas negociações, constituindo um “fórum de discussão no qual é relativamente fácil de entrar, mas que encontra muitas dificuldades de influir sobre a orientação de uma decisão política” (DUBOIS, 1997, p.157).

É importante deixarmos claro que nem as *policy networks*, nem as *issue networks* permitem, por si mesmas e isoladamente, a efetivação do processo de tomada de decisões coletivas. Seus integrantes precisam trabalhar juntos, em parceria, ou seja, tanto os especialistas quanto um público mais geral de concernidos precisam

empreender uma ação capaz de trazer ganhos de aprendizagem para todos. Como as relações entre essas duas redes não são definidas *a priori*, as *policy networks* precisam perder seu caráter fechado e hermético e, por sua vez, os componentes das *issue networks* precisam, cada vez mais, buscar formas de influir no curso das deliberações por meio de um engajamento responsável, capaz de assegurar que as decisões sejam tomadas de maneira coletiva e pública (BOHMAN, 1996).

Nessa perspectiva, uma rede deliberativa tem como missão fundamental articular poderes desiguais, ou seja, estabilizar as assimetrias de *status* entre os “públicos fortes”, que compõem as *policy networks*, e os “públicos fracos”, pertencentes às *issues networks*.^[4] É preciso que haja cooperação e compromisso entre atores de natureza diferente para que as duas redes se interpenetrem de modo a originar uma rede cooperativa de debates, cuja novidade reside no fato de que os participantes dessa rede “não são mais percebidos prioritariamente em razão de seu pertencimento institucional, mas de acordo com as relações estáveis que podem criar, com base no compromisso e na negociação” (DUBOIS, 1997, p.152).

Após esse breve levantamento da noção de “redes”, podemos então especificar melhor os três tipos de redes com os quais estamos lidando neste trabalho: as redes informais, as redes informacionais e as redes deliberativas. As redes informais caracterizam-se por serem pré-políticas, ou, como afirma Habermas, “[...] redes periféricas da esfera pública política [...]” (1997, p.21). Essas redes não institucionalizadas, tecidas em espaços comunicativos primários (locais de moradia, esferas de sociabilidade representadas pela família, bairro, vizinhança, etc) e escondidas pelos interstícios da vida cotidiana, “estabelecem processos mais ou menos espontâneos e autônomos de formação da opinião, uma vez que a comunicação realiza-se aí discursivamente, conforme a iniciativa de seus membros e sobre as bases de suas próprias premissas” (MAIA, 1998, p.140). As redes informais estão também ligadas ao “mundo da vida” (HABERMAS, 1987) e à diversidade de saberes constantemente em contato com as mensagens providas pelas redes informacionais. Como dito anteriormente, é nos pequenos espaços públicos surgidos, sobretudo, nos locais de moradia, que “as mensagens veiculadas pelos *media* são ressignificadas, vindo à tona novas interpretações e representações da realidade” (COSTA, 1997b). A forma de poder que perpassa as redes informais é o poder comunicativo, isto é, um poder gerado por meio de uma comunicação não-institucionalizada e não-tirânica, que visa buscar o mútuo entendimento entre parceiros igualmente dignos de terem suas perspectivas consideradas por todos (HABERMAS, 1997).

As redes informacionais são redes abstratas, ou seja, elas se formam a partir do momento em que grupos ou indivíduos entram em contato pelo compartilhamento das mesmas mensagens ou informações. Nesse sentido, as redes informacionais são capazes de dar origem a comunidades virtuais locais ou globais, não mais necessariamente

atreladas ao território e ao tempo. Essas redes são formadas pelo entrecruzamento de discursos advindos tanto dos atores presentes nas redes informais, quanto de especialistas, agentes do governo, empresários, etc. Sob esse ponto de vista, as redes informacionais se caracterizam por ser um lugar onde se dá visibilidade aos diversos discursos sociais e onde cada um desses se articula, não só com o discurso midiático, mas com os outros discursos presentes nesse espaço de **mediação**. As redes informacionais encampam os discursos oriundos das *policy networks* a partir do momento que os agentes midiáticos são agentes especializados em produzir e “formatar” as mensagens e informações e, além disso, esses agentes possuem privilégios de acesso às informações, ameaçando e constringendo os públicos fracos. Assim sendo, elas recodificam esses discursos, processando-os de modo intertextual, ou seja, relacionando cada discurso com o outro, e todos eles com o discurso da mídia, contribuindo, ao mesmo tempo, para a produção de sentidos e para um embate discursivo travado no próprio espaço de visibilidade midiática.

Por outro lado, as redes informacionais contribuem para o fortalecimento das *issue networks* ao ampliarem a quantidade de “vozes” possíveis de integrarem uma discussão pública, originando, assim, um fórum cívico para o debate pluralista (MAIA, 2004). A forma de poder associada às redes informacionais é representada pelo poder da visibilidade e da publicidade, ou seja, o ato de tornar público que inibe ações ilegais dos participantes, bem como exige que todos justifiquem reciprocamente seus argumentos ou atitudes perante os outros (BOHMAN, 1996).

Por fim, mas não menos importantes, as redes deliberativas comportam processos de troca pública de argumentos os quais são responsáveis pela aproximação entre atores sociais e políticos através dos novos processos de partilhamento do poder simbolizado pelos fóruns híbridos de discussão, como os Conselhos Gestores, o Orçamento Participativo e os Conselhos de Políticas Públicas.

Não podemos desconsiderar que também as redes informacionais permitem o diálogo entre os diferentes pontos de vista traçados por especialistas e detentores do poder político de um lado, e por um público mais amplo e diversificado, de outro lado. Essas mediações são preciosas para o florescimento de situações de decisão multipolares e mais abertas institucionalmente (DUBOIS, 1997). A importância da criação de vínculos de interdependência entre as *policy networks* e as *issue networks* diz respeito, também, ao papel das informações nas redes deliberativas. Esse papel não se restringe ao esclarecimento mútuo dos parceiros de diálogo. Na deliberação, a própria produção da informação é objeto de práticas cooperativas, uma vez que ninguém detém *a priori* as informações ou soluções mais adequadas para a resolução de problemas coletivos (AVRITZER, 2000a, p. 44).

Interessa-nos mais diretamente neste trabalho, identificar a imbricação que as redes informacionais estabelecem com as redes informais e deliberativas. Por isso,

torna-se necessário examinarmos o papel da mídia nos processos atuais de debate e atuação política dos atores cívicos.

3 AS REDES INFORMACIONAIS E AS CONTRIBUIÇÕES DA MÍDIA PARA O FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA

A afirmação de que a “mídia manipula” há muito deixou de se apresentar como via única de entendimento do papel que a mídia ocupa nas sociedades democráticas complexas e pluralistas. Marco teórico na desestabilização dessa assertiva é a obra de Habermas, sobretudo, **Direito e Democracia: entre facticidade e validade** (1997) e **A Teoria da Ação Comunicativa** (1987), nas quais ele considera tanto as assimetrias de poder e de influência que agem dentro das instituições midiáticas quanto às possibilidades trazidas pela mídia no que diz respeito à visibilidade e à publicidade de novas discussões e atores que antes se viam restritos ao espaço do privado.

Em oposição à perspectiva elaborada pelos teóricos da Indústria Cultural, principalmente Adorno e Horkheimer, Habermas reconhece que a pesquisa de recepção e dos efeitos “[...] conseguiu eliminar a imagem do consumidor passivo, voltando-se para as estratégias de interpretação dos espectadores - que eventualmente comunicam entre si - que são capazes de contradizer ou de sintetizar a oferta simbólica dos meios de comunicação de massa utilizando-se de padrões de interpretação próprios” (1997, p.111). Nesse sentido, podemos afirmar que a mídia não promove a despolitização e a apatia dos atores cívicos, pelo contrário, ela oferece “insumos” para que eles reflitam e discutam entre si, apropriando-se do fluxo informacional de modo a conferir-lhe um sentido próprio, atrelado às suas experiências cotidianas.

É interessante pensarmos, então, que a mídia, ao contrário do que postulava Habermas em **Mudança Estrutural da Esfera Pública** (1984), não trabalha contra a democracia, nem tampouco apresenta-se como obstáculo intransponível à racionalidade. A mídia e as redes informacionais em geral configuram-se atualmente como fonte de recursos simbólicos capazes de oferecer aos cidadãos argumentos para dialogarem tanto nas redes informais cotidianas quanto nas redes deliberativas mais amplas e complexas (seja em espaços institucionais ou não).

Como mencionado anteriormente, as redes informacionais alimentam as redes deliberativas justamente ao promover o encontro entre uma vasta gama de pontos de vista que, obrigatoriamente, precisa ser discutida e reelaborada, uma vez que “em um processo cooperativo de interpretação ninguém possui o monopólio da interpretação ou da informação correta” (AVRITZER, 2000a, p.38).

É importante ter em mente que o material simbólico e discursivo fornecido pela mídia através de suas diferentes emissões (televisivas, radiofônicas, impressas, etc), não é, *per si*, capaz de informar as preferências e pontos de vista dos cidadãos. O fluxo

informacional deve, primeiro, ser submetido a um processo reflexivo de crítica e análise desenvolvido tanto individualmente quanto nas redes informais (os circuitos interativos da vida cotidiana) de comunicação (MAIA, 1998, p.140).

Uma das características principais dessas redes aponta para o fato de que as mídias impressas e eletrônicas estão livres das limitações de contextos espaço-temporais, podendo alcançar um público múltiplo, ampliado, não necessariamente localizado face a face, mas, potencialmente, apto a interpretar criticamente as mensagens, representações e imagens que recebem. É seguindo essa perspectiva que Habermas aponta uma segunda característica da mídia:

A mídia de massa liberta os processos comunicativos dos contextos restritos e permite que esferas públicas apareçam através do estabelecimento de uma simultaneidade abstrata de uma **rede virtualmente presente de conteúdos da comunicação** que pode mover-se no espaço e no tempo tornando mensagens válidas para inúmeros contextos (1987, p.390).

Assim, podemos resumir essas duas ressalvas feitas por Habermas com relação ao papel da mídia nas sociedades complexas do seguinte modo: a) as informações que circulam na mídia contribuem para a ação política dos atores cívicos, uma vez que esses últimos são capazes de se apropriarem criticamente dessas informações, seja de maneira individual ou coletiva, incorporando-as reflexivamente às suas **redes informais** de comunicação cotidiana; e b) o próprio fluxo de mensagens da mídia, destituído de fronteiras espaço-temporais, dá origem a uma rede de conteúdos da comunicação, ou **rede informacional**, capaz de agregar e processar mensagens e discursos provenientes de “diferentes esferas de valor, comunidades e ambientes de ação, promovendo a circulação, interpenetração, sobreposição e, conseqüentemente, a reformulação desses discursos” (MAIA, 1998, p.138).

É importante destacar que a rede informacional pode apenas deslocar fluxos comunicativos dos âmbitos restritos, perpassados por uma dada rede informal de conversações cotidianas, mas são os atores cívicos que devem se responsabilizar pela organização do debate. Ou seja, a rede deliberativa recebe contribuições das redes informais e informacionais, mas possui uma dinâmica própria, a ser desenhada na esfera pública: local propício para as tentativas de diálogo entre sociedade civil e Estado.

4 AS REDES COMUNICATIVAS INFORMAIS E OS “PÚBLICOS REFLEXIVOS”

Os “microdomínios da prática cotidiana” (COSTA, 1997b, p.182) garantem que os fluxos discursivos, advindos dos meios de comunicação de massa, alcancem uma conexão com a experiência vivida dos atores cívicos. Como discutido anteriormente, perspectivas que apontam a mídia como agente de desmobilização e despolitização desses atores, passam a ser relativizadas quando se leva em consideração as redes comunicativas

informais em que se inserem os indivíduos, suas preferências e suas ações. O que deve ser aqui destacado é que a mídia é capaz de tematizar problemas antes dispersos ou não percebidos como tais, transpondo-os para o espaço público de discussão de modo que é a sua ação de publicização de temáticas que confere forma ao espaço público de discussão e de busca de um entendimento recíproco por meio da argumentação e da troca de razões tendo em vista, sempre, o ponto de vista alheio. Sabemos que a mídia sozinha não garante que a discussão ocorra, mas admitimos que os poderes de visibilidade e de publicização que ela detém são essenciais para ampliar o escopo de participantes da discussão e, conseqüentemente, diversificar e aumentar as opiniões em jogo, ao mesmo tempo em que coloca cada ator diante de um público ampliado que elabora perguntas e exige respostas, fato que dificulta operações ilícitas e “ocultas”.

O espaço público pré-estruturado pela mídia[5] não é mais um simples palco para a encenação de atores estrategicamente voltados para a manipulação das opiniões, “pois para ela dirigem-se também fluxos comunicativos condensados na vida cotidiana que encerram questões relevantes para o conjunto da sociedade” (COSTA, 1997b, p.182). O espaço público é perpassado pelas redes informais de comunicação, tecidas por atores críticos que possuem uma capacidade reflexiva e autônoma de se constituírem como indivíduos moralmente capazes de construir argumentos que sustentem suas posições; de refutarem questionamentos acerca dos pontos de vista por eles adotados; e de refletirem sobre o conteúdo das mensagens midiáticas associando-o à sua própria experiência (MAIA, 2004a; HABERMAS, 1990). São esses indivíduos que, de acordo com Leonardo Avritzer (2000b), compõem os “públicos reflexivos”.

Sob esse ponto de vista, a noção de redes aponta para a hibridação entre poderes periféricos e poderes centrais de decisão, entre instituições e organizações da sociedade civil, entre sistemas de normas e arenas plurais de discussão, de modo a ampliar a participação ativa dos cidadãos. Contudo, se considerarmos que os atores que participam de processos decisórios possuem assimetrias de conhecimentos, informações, poder e de formulação de suas próprias falas e argumentos, como fazer com que suas demandas e contribuições sejam igualmente avaliadas e discutidas? Como tornar os argumentos elaborados pelos atores das *issue networks* tão “fortes”, ou tão válidos como aqueles formulados pelo atores das *policy networks* de modo que ambas as redes se interceptem de modo não-hierárquico? E ainda: pode a mídia auxiliar nos processos de inserção dos “públicos fracos” nos novos espaços de discussão e debate que visam aproximar governantes e governados?

A partir das considerações acima esboçadas podemos começar a refletir sobre possíveis articulações entre a mídia e os processos democráticos de inclusão dos novos atores sociais nas redes de discussões políticas e de cidadania. Mesmo considerando as assimetrias de acesso dos públicos aos canais da mídia, bem como os processos desiguais de barganha que ocorrem nos bastidores dos veículos de comunicação,

acreditamos ser possível imaginar brechas para que os atores cívicos insiram suas demandas e necessidades na pauta dos assuntos coletivos.

5 O ENTRELAÇAMENTO DAS REDES INFORMAIS E ARENAS INSTITUCIONAIS: mídia e movimentos sociais

Ao pensarmos os novos movimentos sociais não é difícil perceber quão determinante a presença da mídia se torna para sua configuração, divulgação, reestruturação e constante “disputa” diante daqueles definidos como os “outros”. Num primeiro instante, nossa tendência é refletir sobre o uso “estratégico” que os atores dos movimentos sociais fazem da mídia. Assim, através da produção de “eventos espetaculares” (paradas do orgulho gay, passeatas, intervenções em locais públicos que têm por objetivo chocar, ou causar estranhamento nas pessoas), os movimentos esperam tematizar publicamente, por meio da imprensa e de formas próprias de comunicação, questões como a discriminação racial e de gênero, a falta de moradia, proteção ao meio ambiente, etc.

Não podemos desconsiderar que a maior parte dos canais de acesso dos atores da sociedade civil à mídia, é formada por vias estratégicas, marcadas pelos seguintes “atalhos”:

- oferta de informações especializadas, ou seja, os movimentos sociais possuem uma vivência dos problemas que, certamente, nenhum outro especialista a quem a mídia possa recorrer apresentará;
- utilização da mídia como prestadora de serviços, anunciando os próximos “passos” dos movimentos, por exemplo;
- produção de eventos espetaculares por parte dos movimentos sociais como acima mencionado;
- utilização da grande imprensa para divulgar o movimento e pressionar autoridades por mudanças; ao passo que os recursos comunicativos internos do grupo são destinados a reunir, consolidar e legitimar o movimento.

Contudo, a nosso ver, a grande tensão que se deixa entrever nesse “uso estratégico” da mídia por parte dos movimentos sociais encontra-se nas falhas de articulação entre as demandas civis e as representações a eles destinadas no momento em que ganham visibilidade na mídia. Ou seja, são falhas de tradução. Podemos entender os dilemas da tradução em dois sentidos principais:

- o primeiro diz respeito à auto-imagem do movimento, exteriorizada para o resto da sociedade com o auxílio da mídia; e
- o segundo refere-se ao papel dos próprios movimentos sociais enquanto “tradutores” do discurso da sociedade civil para instâncias mais amplas da

sociedade como um todo, incluindo-se aí as instâncias normativas e jurídicas (ALEXANDER, 1994).

Na maioria dos casos expressos por esses dilemas, podemos perceber a existência de um hiato entre o “auto-entendimento” do grupo e o “entendimento produzido pela mídia”. Nesse caso, o ato de produzir fatos com “conteúdo noticioso” pode se revelar como uma faca de dois gumes. Ganhar o espaço de visibilidade midiática é importante para os movimentos sociais, porque os retira do “ostracismo” e da “sombra”, posição que nega o devido respeito e a dignidade por eles ansiada. Mas, ao mesmo tempo, a dinâmica da visibilidade pode produzir armadilhas, tais como a representação inadequada, depreciativa ou estereotipada de um grupo, o que os leva a uma visibilidade perversa que a todo instante precisa ser contestada.

Mas, a partir do momento em que partimos do pressuposto que os atores cívicos são moralmente capazes de reivindicar para si, o *status* de cidadãos reflexivos e críticos, é possível dizer que quando percebem “[...] que os temas que lhe interessam não estão recebendo o tratamento adequado pela mídia, esses segmentos podem se organizar para buscar a atenção pública para suas questões” (COSTA, 1997a, p.129).

Eis o grande mote da luta por reconhecimento travada atualmente pelos movimentos sociais: a disparidade entre o entendimento que produzem acerca de si mesmos e o entendimento produzido pelos outros. A tensão entre essas duas formas de entendimento está na origem de injustiças simbólicas que hoje caracterizam, mais que as injustiças econômicas - apesar de as duas andarem sempre entrelaçadas[6] - a luta moral de indivíduos e grupos por seus direitos e por uma melhor qualidade de vida. Nesse sentido, as representações pejorativas, sejam produzidas pela mídia ou socialmente, podem fornecer condições culturais para a resistência e, também, para uma contestação de valores até então tidos como inquestionáveis, ou imutáveis. Considerando-se que as lutas por reconhecimento são travadas nos contextos das interações cotidianas que grupos e indivíduos estabelecem com aqueles que os rodeiam, não podemos deixar de lado as complexidades dessas relações - algo que não é contemplado pela visibilidade midiática. As representações e discursos da mídia só passam a fazer sentido se são questionadas pelos atores sociais no momento em que visam colocar-se diante dos outros e, junto com eles, tomar posicionamentos diante dos problemas que os concernem.

É sob essa perspectiva que a reflexividade promovida pela interação dinâmica dos discursos que compõem as redes informacionais torna possível a articulação e tematização de questões relevantes para toda a sociedade, originando redes deliberativas capazes de promover um embate público de pontos de vista que traz para a agenda as demandas dos movimentos sociais (MAIA, 1998).

A grande questão que se coloca é saber como anseios formulados nos microdomínios da vida cotidiana, e que perpassam as redes informais, podem alcançar as arenas institucionais e normativas.

Podemos tentar encontrar uma resposta para esse impasse, pensando em como as redes informacionais podem proporcionar mediações capazes de “traduzir” os anseios dos cidadãos em assuntos de interesse coletivo. Vimos até aqui, que a mídia, entendida como uma ampla rede cuja tessitura é organizada em torno de vários discursos provenientes de múltiplos campos sociais, pode tanto organizar *issue networks* quanto aproximá-las dos especialistas e agentes do governo situados nas *policy networks*. Nesse caso, a mídia é capaz de dar origem a redes deliberativas as quais, alimentando-se dos anseios básicos e necessidades de justiça dos cidadãos, afetam os centros de poder podendo até influir nos arranjos e na produção de novas leis e normas (MAIA, 1998). Através de sua inserção em redes informais e deliberativas, os indivíduos e grupos passam a articular suas necessidades sob a forma de demandas por direitos e cidadania.

Entendida enquanto “direito a ter direitos” (TELLES, 1994; DAGNINO, 2000; BAIERLE, 2000), a cidadania passa a ser fruto da atuação constante dos sujeitos sociais em lutas específicas, mas que dizem respeito ao conjunto das relações estabelecidas nas esferas de convívio cotidiano em um dado momento histórico.

Nessa perspectiva, as redes deliberativas e, também, as redes informacionais (através de seu poder de conferir visibilidade a questões problemáticas), concebidas como interface dinâmica entre sociedade e instituições administrativas, têm propiciado um aprendizado lento, mas eficaz de construção de novas formas de negociação e de entendimento, para que a disposição de cooperar mutuamente com projetos alheios seja sempre a linguagem de acesso a formas de solidariedade e cidadania que alcancem também aqueles indivíduos atingidos por formas de desrespeito como o ostracismo social, a invisibilidade e a exclusão.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho vimos como a mídia pode estreitar as ligações entre as redes informais de conversação e ação cotidiana e as redes deliberativas formadas a partir da atuação dos cidadãos na esfera pública de debate em diferentes formas de atuação. Argumentamos que se a maioria dos problemas vivenciados pela sociedade civil expressa-se primeiro nas redes informais de sociabilidade, num segundo momento esses problemas podem ser transpostos para as redes deliberativas com o auxílio da mídia.

Ao partirmos da premissa de que a mídia pode constituir-se num valioso instrumento de fortalecimento da democracia em sociedades pluralistas, apostamos, principalmente, na forma como ela abre espaços de deliberações públicas, ao expor temas em

controvérsia e suas diferentes interpretações, aumentando a qualidade e a quantidade das formas de acesso ao debate social. É claro que não desconsideramos o fato de que a institucionalização de esferas públicas e o livre acesso às informações não são suficientes para que ocorra a participação ativa dos cidadãos em fóruns que congregam tanto cidadãos quanto especialistas e governantes.

Apontamos que mídia atua como canal facilitador da deliberação e da *accountability* política[7], uma vez que ela não pode ser entendida como “local” onde interesses diversos convergem para um embate que resulta sempre em disputas políticas por prestígio e por uma pretensa legitimidade. A mídia não é só um canal de divulgação das atividades dos políticos. Pelo contrário, ela desvincula-se da missão de ser a “guardiã da imagem do governo” e passa a ter uma relevante na formação do senso crítico coletivo e na relação entre governo e sociedade civil. Os acontecimentos retratados na mídia fazem com que os indivíduos reflitam sobre a ação de seus representantes, tornando-os potencialmente capazes de “cobrar” respostas e posicionamentos dos mesmos. Ao ampliar a heterogeneidade de assuntos e de atores interessados em questões políticas e/ou morais, a mídia colabora para a construção de redes deliberativas.

Acentuamos ainda que uma segunda contribuição da mídia para a deliberação relaciona-se ao fato de que ela é, nas sociedades modernas, “[...] o principal instrumento de difusão das visões de mundo e dos projetos políticos; ou seja, é o local em que estão expostas as diversas representações do mundo social, associadas aos diversos grupos e interesses presentes na sociedade” (MIGUEL, 2002, p.163). Esse caráter de rede informacional, apresentado pela mídia, faz com que os discursos que ela veicula contribuam para uma pluralização de vozes a fazer parte das redes deliberativas. Não desconsideramos que os discursos veiculados pelos meios de comunicação de massa não esgotam a pluralidade de perspectivas e interesses presentes na sociedade. Todavia, os interesses e preferências dos cidadãos não são definidos *a priori*, mas negociados e renegociados constantemente no embate político travado nas instituições híbridas, por exemplo.

Com isso, mesmo considerando que a mídia opera sob o jugo de mecanismos atrelados à lógica do mercado e que, portanto, ela não se faz transparente ao público - apesar de proporcionar transparência às instituições administrativas e cívicas -, é preciso acreditar que ela tem a potencialidade de dar espaço a diferentes vozes presentes na sociedade para que elas participem do debate político, ampliando a pluralidade de agentes e de argumentos. Quando sujeitos marginalizados, denominados aqui como “públicos fracos”, passam a ganhar um espaço de visibilidade e de escuta de suas necessidades, eles desafiam não somente a cultura política dominante do país, mas também ampliam as noções de cidadania e de reconhecimento, introduzindo novos

vocabulários, novos pontos de vista e novos modos de vida nos espaços públicos de discussão.

Assim, este trabalho buscou revelar como a mídia pode estabelecer conexões entre as redes informais e deliberativas de discussão permitindo, sobretudo, ao cidadão simples, formular e apresentar publicamente suas próprias interpretações sobre suas necessidade e interesses.

ABSTRACT

The aim of this paper is to show the intertwined relations among three distinct communicative networks: informal networks, informative networks, and deliberative networks. In doing so, we focus our interest on the construction effort of a public space that creates a relation of proximity between local government and civil society. The interaction between political and social actors requires dialogue, mutual cooperation, and above all the recognition that the cultural dynamics are crucial to renew institutional and administrative processes. We argue that media can offer valuable contributions for improve our knowledge about the following concepts: social movements, citizenship and deliberation.

Keywords: Media.Citizenship. Deliberation.

RESUMEN

El objetivo de este artículo es revelar las complejas relaciones entre tres redes comunicacionales distintas: redes informales, redes de información y redes deliberativas. El punto principal de interés se concentra en el esfuerzo de construcción de un espacio público capaz de crear una relación de proximidad entre el gobierno local y la sociedad civil. La interacción entre actores políticos y sociales requiere diálogo, cooperación mutua y, sobre todo, el reconocimiento de que las dinámicas culturales son cruciales para la renovación de los procesos institucionales e administrativos. Se argumenta que los medios de comunicación pueden traer contribuciones valiosas para la ampliación de nuestro entendimiento sobre los conceptos de movimientos sociales, ciudadanía y deliberación.

Palabras-clave: Medios. Ciudadanía. Deliberación.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, J. Ação coletiva, cultura e sociedade civil: secularização, atualização, inversão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.13, n.17, p.5-31, 1994.

AVRITZER, L. Entre o diálogo e a reflexividade: a modernidade tardia e a mídia. In: AVRITZER, L.; DOMINGUES, J.M. *Teoria Social e Modernidade no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000b, p.61-83.

AVRITZER L. Teoria democrática e deliberação pública. *Lua Nova*, n.50, p.25-46, 2000a.

AVRITZER, L.; PEREIRA, M. L. D. **Democracia, participação e instituições híbridas**. 2002. Mimeo.

BAIERLE, S. G. A explosão da experiência: emergência de um novo princípio ético-político nos movimentos populares urbanos em Porto Alegre. In: ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (Orgs.). **Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000, p.185-217.

BOHMAN, J. **Public Deliberation** : pluralism, complexity, and democracy. Massachusetts: Mit Press. 1996.

COSTA, S. Movimentos Sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.12, n.35, p.121-134, 1997.

DAGNINO, E. Cultura, Cidadania e Democracia: a transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana. In: ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Orgs.). **Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, p. 61-102, 2000.

DAGNINO, E. Sociedade Civil, Espaços Públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p.279-302.

DUBOIS, J. La network analysis comme outil d'investigation. In: _____. **Communautés de politiques publiques et projets urbains**. Paris: L'Harmattan, 1997.

FRASER, N. From Distribution to Recognition? Dilemmas of Justice in a 'Postsocialist' Age. In: _____. **Justice Interruptus** : critical reflections on the 'postsocialist' condition. London: Routledge, 1997, p. 11-39.

GAUDIN, J. P. **Gouverner par contrat, l'action publique en question**. Paris: Presses de Sciences, 1999.

GOHN, M. G. **Conselhos Gestores e Participação Sócio-Política**. Rio de Janeiro: Cortez, 2001.

GONTCHAROFF, G. Le Renouveau des Comités de Quartier. In: CENTRE UNIVERSITAIRE DE RECHERCHES ADMINISTRATIVES POLITIQUES DE PICARDIE (CURAPP); CENTRE DE RECHERCHES ADMINISTRATIVES POLITIQUES ET SOCIALES DE LILLE (CRAPS) (Orgs.). **La Démocratie Locale** : Représentation, Participation et Espace Public. Paris: Presses Universitaires de France, 1999, p. 305-327.

GUTMANN, A.; THOMPSON, D. Deliberative democracy beyond process. **The Journal of Political Philosophy**, v.10, n.2, pp.153-174. 2002.

HABERMAS, J. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HABERMAS, J. Soberania popular como procedimento: um conceito normativo de espaço público. **Novos Estudos Cebrap**, n.26, p.100-113, 1990.

HABERMAS, J. **The Theory of Communicative Action- Lifeworld and system**: a critique of functionalistic reason. Boston: Beacon Press, 1987, v. 2.

HABERMAS, J. **Direito e Democracia** : entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, v. 2.

HABERMAS, J. Further Reflections on the Public Sphere. In: CALHOUN, C. (ed). **Habermas and the Public Sphere**. Cambridge: Mit Press, 1992.

MAIA, R. C. M. Dos dilemas da visibilidade midiática para a deliberação política. In: LEMOS, A. et al.(orgs.). **Livro da XII Compós: Mídia.br**. Porto Alegre: Sulina, 2004, p.9-38.

MAIA, R. C. M. A mídia e o novo espaço público: a reabilitação da sociabilidade e a formação discursiva da opinião. **Comunicação & Política**, v.5, n.1, 1998, pp.131-156.

MANSBRIDGE, J. Everyday Talk in the Deliberative System. In: MACEDO, Stephen (ed.). **Deliberative Politics: essays on democracy and disagreement**. Oxford: Oxford University Press, 1999, p.211-239.

MIGUEL, L. F. Os meios de comunicação e a prática política. **Lua Nova**, n.55-56, p.155-84, 2002.

PAOLI, M. C. & TELLES, V. S. Direitos Sociais: conflitos e negociações no Brasil contemporâneo. In: ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (orgs.). **Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, p.103-148, 2000.

PEREIRA, M. L. D. Repensando as relações entre espaço urbano e cidadania. **Revista Aqui Arquitetura + Cultura**. Belo Horizonte, Ed. Ao Cultural, n.3, 2002.

PEREIRA, M. L. D. Negociações e parcerias: o desafio da gestão urbana democrático-participativa. **Teoria & Sociedade**, v. 6, p.212-241, 2000.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1997.

TEIXEIRA, E. C. Conselhos de Políticas Públicas: efetivamente uma nova institucionalidade participativa? In: CARVALHO, Maria do Carmo A.A. & TEIXEIRA, Ana Cláudia C. (orgs.). **Conselhos Gestores de Políticas Públicas**. São Paulo, Pólis, n.37, pp.97-120, 2000.

TEELLES, V. S. Sociedade civil e a construção de espaços público. In: DAGNINO, Evelina (org.). **Os Anos 90: política e sociedade no Brasil**, p.91-102, 1994.

Notas

Gostaria de agradecer aos professores do Departamento de Pós-Graduação em Sociologia e Política da UFMG, Maria de Lourdes Dolabela e José Eustáquio Machado, pelas observações feitas acerca da primeira versão deste artigo.

1—Atualmente, o conceito de redes informacionais tem sido muito utilizado para caracterizar as redes virtuais de troca de informações criadas pela *Internet*. Contudo, consideramos as redes informacionais não como meramente um suporte virtual para um fluxo ilimitado de troca de informações, mas, sim, como um espaço de encontro e interseção de múltiplos discursos e pontos de vista oriundos da pluralidade de atores que interagem nas sociedades complexas.

2— A deliberação é aqui entendida como “uma atividade conjunta, ancorada na ação social do diálogo visando uma solução para problemas coletivos - o oferecer e considerar razões” (Bohman, 1996). Contudo, acreditamos que a deliberação não é um processo voltado somente para a busca e obtenção rápida de soluções, mas principalmente para que os embates discursivos entre os cidadãos possam: a) possibilitar um melhor entendimento de questões que afetem a todos; b) contribuir para que cada participante articule melhor e revise seus próprios interesses e necessidades; e c) promover uma variedade de alternativas de solução para essas questões.

3— Destacamos aqui a criação dos Conselhos de Políticas Públicas, institucionalizados pela Constituição de 1988, a qual incorpora o princípio da participação comunitária gerando várias leis nesse sentido. Os Conselhos surgiram em um contexto de ampliação de espaços deliberativos híbridos, congregando agentes do Estado e da sociedade civil, o que preconiza uma tentativa de partilha do poder decisório, levando os cidadãos a exercerem sua autonomia política e suas capacidades de participação (Avritzer; Pereira, 2002).

4— As noções de “públicos fortes e fracos”, originalmente empregadas por Nancy Fraser (1997), são retomadas por Rousiley Maia (2004) de modo a identificar, de um lado, atores institucionalizados, os quais raramente têm seus discursos contestados, devido à reverência e à legitimidade intrínseca de seus argumentos e, de outro, atores da sociedade civil que, apesar de captarem melhor os problemas e desarranjos sociais, têm dificuldades em lidar com suas assimetrias de poder e de comunicação ao tentarem influir em debates coletivos sobre questões que os concernem diretamente.

5— Entendemos aqui que a pré-estruturação da esfera pública pela mídia se dá do seguinte modo: “a mídia, ao disseminar um determinado discurso, pode contribuir para a emergência de público periféricos ou contra-públicos. Um discurso hegemônico pode, ele mesmo, produzir arenas discursivas paralelas, onde membros de comunidades sociais inventam e fazem circular contra-discursos, de modo a formular interpretações divergentes ou opostas alargando o espaço de contestações” (Maia, 1998, p.145).

6— Alexander nos chama a atenção para o fato de as lutas por reconhecimento já se processavam muito antes da sociedade pós-industrial. Segundo ele, nessa época “os movimentos sociais eram lutas que visavam não só à distribuição de recursos materiais, em si e por si mesmos, mas conflitos em torno da distribuição de recursos definidos pela cultura e da determinação de qual classe poderia reivindicar o direito normativamente legítimo de distribuição desses recursos para a coletividade” (1998, p. 16).

7— Apesar de Sérgio Costa não utilizar o termo *accountability* em sua análise, julgamos correto o seu uso, na medida em que os processos de *accountability* dizem respeito à criação de mecanismo que permitem acionar os responsáveis para prestarem contas sobre o modo como exercem o poder. De acordo com Habermas, a mídia desempenha uma importante função nesse processo ao “vigiar sobre o ambiente sócio-político, trazendo a público desenvolvimentos capazes de interferir, positiva ou negativamente, no bem-estar dos cidadãos” (1997, p.111). Para Amy Gutmann e Denis Thompson, a democracia deliberativa apresenta uma dimensão dinâmica de justificação política na qual “cidadãos e seus representantes testam continuamente suas perspectivas políticas procurando fóruns onde elas podem ser desafiadas, deixando aberta a possibilidade de sua revisão ou mesmo rejeição” (2002, p. 165).

Copyright (c) 2006 Autor(es) / Copyright (c) 2006 The author(s)
The copyright of works published in this journal belong to the authors, and the right of first publication is conceded to the journal.
Due to the journal being of open access, the articles are of free use in research, educational and non-commercial activities.



Selo CC-BY-NC com Direito Autoral_2006